



## “AQUI É SÓ SAIA! ”: O ESPAÇO DAS MULHERES RURAIS E SUAS POSSIBILIDADES DE SUBVERSÃO

Larissa Araújo Coutinho de Paula<sup>1</sup>

### RESUMO

Historicamente o espaço rural é marcado por relações de gênero bastante machistas e conservadoras, tanto que até os dias atuais, as mulheres do campo precisam afirmar cotidianamente a relevância de seu trabalho, tido como uma função naturalmente atribuído ao sexo feminino e sendo considerado como ajuda. Essa realidade tem sido alterada, graças às mulheres que há muito tempo têm somado forças em prol de melhores condições de vida e de trabalho com pautas no feminismo camponês. A realidade apresentada no texto envolve duas associações de assentadas rurais em distintos assentamentos rurais do estado de São Paulo. O objetivo desse artigo é apresentar alguns resultados obtidos em uma pesquisa de doutorado, procurando evidenciar de que forma as estratégias de reprodução socioespaciais têm repercutido na configuração de relações de gênero mais igualitárias e na construção de espaços de subversão contra as opressões enfrentadas pelas assentadas rurais.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero; Mulheres Assentadas; Associações de Agricultoras; Estratégias de Reprodução Socioespaciais; Espaço Rural.

### ABSTRACT

Historically, the rural space is marked by very male chauvinistic and conservative gender relations, so much so that up to the present day, rural women need to affirm on a daily basis the relevance of their work, considered as a function naturally attributed to the female gender and considered as help. This reality has been changed, thanks to the women who have been joining forces for a long time for better living and working conditions with agendas of peasant feminism. The reality presented in the text involves two associations of rural settlers in different rural settlements in the state of São Paulo. The objective of this article is to present some results obtained in a doctoral research, seeking to highlight how socio-spatial reproduction strategies have had repercussions in the configuration of more egalitarian gender relations and in the construction of spaces of subversion against the oppressions faced by the settled rural women.

**Keywords:** Gender Relations; Settled Rural Women; Settled Rural Women Associations; Socio-spatial Reproduction Strategies; Rural Space.

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente. A pesquisa cujos resultados são apresentados nesse artigo, foi financiada pela bolsa de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [coutholacp@gmail.com](mailto:coutholacp@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

O espaço rural é caracterizado por uma série de peculiaridades, dentre elas, o machismo. As relações patriarcais nessas áreas são bastante intensas, de modo a condicionar a vida e trabalho de mulheres e jovens, que muitas vezes, têm poucas oportunidades de oporem-se à essa realidade.

A divisão do trabalho no campo, segue uma organização frequentemente pautada na questão sexual e etária, por muito tempo isso foi uma realidade que resultou na invisibilidade feminina, e mais recentemente, no processo de migração seletiva e masculinização rural em algumas partes do país.

Em “Revolução ao ponto zero: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas”, Federici (2013) já havia contextualizado os efeitos da divisão sexual do trabalho para as mulheres. Ela afirmou que o trabalho doméstico é o “trabalho por amor”. Trata-se de um trabalho como qualquer outro, mas que atribui às mulheres a manipulação mais perversa contra qualquer segmento da classe trabalhadora. Em suas palavras: “O capital criou a dona de casa para servir ao trabalhador masculino, física, emocional e sexualmente; criar seus filhos, costurar suas meias e consertar seu ego quando este é destruído devido ao trabalho e às (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou.” (2013, p. 38).

As mulheres rurais, vivem e trabalham no campo, assumindo diversas atividades que garantem a manutenção da família, como a limpeza, a preparação de comida, a educação dos(as) filhos(as), os cuidados com enfermos(as), além de exercerem atividades produtivas e de comercialização, porém, em muitos casos, suas funções são secundarizadas e recaem sob a desvalorização.

No entanto, esse cenário tem sofrido mudanças. Algumas alterações são mais lentas e sutis, porém elas ocorrem, e têm reconfigurado as relações de gênero nos espaços onde elas acontecem. Após uma longa trajetória de luta, que ainda está em devir, as mulheres do campo alcançaram direitos até então negados, como a aposentadoria, a titularidade na documentação das terras de assentamentos rurais, a inclusão de seus nomes nos blocos de caderneta enquanto trabalhadoras rurais, a obtenção de financiamento para projetos, entre outros. Fato é que muitas de suas



conquistas advêm de uma condição essencial, que consistiu em uma de suas primeiras pautas de luta: serem reconhecidas como trabalhadoras rurais.

Diante do exposto, a proposta de discussão para esse artigo parte dessa realidade que ainda é intensa no espaço rural brasileiro, da exclusão e secundarização das mulheres, porém, o enfoque será dado às tentativas de subversão dessa situação, buscando evidenciar as ações que têm possibilitado a ruptura dessa invisibilidade e desenhado novas formas de ser mulher no/do campo.

Esse trabalho tem como intuito apresentar alguns resultados da tese defendida em 2020, intitulada “A Bela Flor do/no Campo: por uma Geografia de Gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo”. A pesquisa teve como objetivo estudar as estratégias de reprodução socioespaciais de dois grupos de mulheres, quais sejam: a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), pertencente ao Assentamento Monte Alegre, que abrange os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, área central do Estado de São Paulo; e a Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), inserida no Assentamento Gleba XV de Novembro, situado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, no extremo oeste do estado paulista.

## **METODOLOGIA**

A geógrafa García-Ramón (2008) alerta que uma pesquisa feminista deve reconhecer que os resultados de sua investigação não são neutros, pois são influenciados pela reflexividade e pelo posicionamento de quem exerce a pesquisa.

Tradicionalmente, a ética científica presume o afastamento necessário do objeto de pesquisa, a fim de não “contaminar” o(a) cientista pelas emoções e sentimentos que o(a) dispersam da objetividade da ciência. Contudo, às vezes, a produção da ciência implica na transgressão desta regra, sobretudo em pesquisas de ciências humanas.

Isto não significa que não devemos fazer uso de conceitos e da metodologia proveniente dos métodos tradicionais da geografia, ao contrário, todavia, esse uso deve ser tensionado e refletido de modo crítico, demonstrando assim que há conflitos e disputas pela predominância no discurso epistemológico dessa ciência.

A subversão é compreendida como ações de pesquisadores(as) que, em virtude de privilegiarem temas e sujeitos invisibilizados pelo discurso científico, não compartilham as normas hegemônicas estabelecidas. Todavia, o fazer científico implica estes(as) pesquisadores(as) na operação de conceitos e métodos já consensuados na



academia. E esse impasse leva à adoção crítica dos conceitos, evidenciando as relações de poder inerentes às construções teóricas e metodológicas. Além de ampliar novos recortes de grupos sociais, introduzem questionamentos, renovam métodos e acrescentam fontes alternativas de pesquisa, anteriormente desprezadas, como pertencentes ao domínio do científico como um método de investigação, permitindo a inserção do(a) pesquisador(a) no movimento da sociedade como um todo (SILVA, 2009, p.15).

No trabalho de campo, a informação é produzida a partir da relação, da interação, de caminhos e descaminhos, encontros e desencontros, a depender do esforço do(a) pesquisador(a) em desenvolver uma relação de respeito com os(a) participantes, à medida que estes(as) se colocam mais ou menos suscetíveis a contribuírem com a pesquisa.

Os trabalhos de campo da tese foram realizados em três etapas, considerando os meses de março a setembro de 2018. Acreditamos que a divisão dos procedimentos metodológicos seria mais interessante e produtiva, além de pautarmos as atividades de modo que não prejudicasse a rotina de trabalho das mulheres participantes.

O trabalho de campo consiste numa etapa na qual as informações não são simplesmente obtidas, mas sim produzidas através da relação que o(a) pesquisador(a) estabelece no decorrer da pesquisa com os sujeitos que integram seu objeto de investigação. Através do respeito ao espaço e tempo no contexto dos(as) pesquisados(as) e dos diálogos estabelecidos com eles(elas) (TURRA NETO, 2011).

Neste sentido, Haraway (1995), defende que as pesquisas sobre gênero não devem considerar os sujeitos pesquisados como objeto, mas sim como agentes no processo de pesquisa. Deve-se reconhecer a identidade plural das pessoas envolvidas na pesquisa, evitando assim uma visão essencialista dos sujeitos. São pesquisas que resultam em diferentes conclusões, já que toda construção científica é parcial, situada e corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995).

A reflexibilidade do(a) pesquisador(a), trabalhada pela geógrafa Gillian Rose (1993, p. 1), refere-se à produção do conhecimento. Este conhecimento é situado e parcial, pois implica em uma posicionalidade de quem desenvolve a pesquisa. Ou seja, o processo de pesquisa, mesmo quando intenta expor determinados sujeitos, historicamente invisíveis, não está isento das relações de poder e hierarquias. Por isso, é



importante a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas que explorem ao máximo os ângulos das questões estudadas.

Pesquisar implica na busca por respostas para dúvidas que permeiam a nossa relação com o mundo e com nós mesmos(as) (SUERTEGARAY, 2002). Neste ínterim, pesquisas mais articuladas com a Geografia Humana dependem significativamente das relações construídas com o objeto de pesquisa que, frequentemente nestes casos, é também sujeito.

É necessário superar a visão dualista entre estes elementos para que a produção do conhecimento aconteça na interação relacional entre pesquisador(a) e participante da pesquisa. Neste sentido, a liberdade preconcebida em procedimentos metodológicos permite a revelação de aspectos impensados na realidade (SILVA; SILVA, 2014).

Para alcançar os objetivos previstos na pesquisa, foi utilizado um conjunto de metodologias, sobretudo de cunho qualitativo. Além da coleta e sistematização de dados de fonte secundária e mapeamentos; realizamos trabalhos de campo com observação participante, entrevistas semiestruturadas temáticas e de história oral, além de cartografias alternativas, com a elaboração de mapas mentais. As entrevistas foram realizadas com agendamento prévio, mediante a gravação, com a autorização registrada de todos(as) os(as) participantes da pesquisa. Ao todo fizemos vinte e quatro (24) entrevistas em profundidade, com as mulheres integrantes da AMA e da OMUS e também com funcionários(as) de órgãos que prestam serviços aos assentamentos, técnicos agrícolas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assistente social, professora etc. Tais entrevistas foram gravadas em áudio, e posteriormente, transcritas, analisadas e categorizadas (GIBBS, 2009).

As entrevistas consistem em uma interação social, “conversa interessada”, na qual o(a) entrevistador(a) visa obter informações do(a) entrevistado(a) e apreender questões sobre o comportamento e a consciência do(a) participante da pesquisa. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Thompson (1998) adverte que o principal objetivo das entrevistas não é a obtenção de informação ou evidências, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como indivíduo olha para traz e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Apesar das entrevistas serem condicionadas de modo a estabelecer um diálogo, na horizontalidade, Colongese e Mélo (1998) salientam que as mesmas constituem uma



interação verbal que não ocorre de forma em que as posições sociais sejam simétricas, já que o(a) entrevistador(a)/pesquisador(a) costuma estar numa posição de controle da situação. Este fator já diferencia a entrevista de uma simples conversa. E isso pode fragilizar os resultados, de modo que o(a) entrevistado(a) se sinta coagido(a) a responder aquilo que o(a) entrevistador(a) espera, para agradá-lo(a), ou permanecer passivo(a). Daí a importância, dentro das possibilidades, de assegurar que a pessoa entrevistada tenha o máximo de liberdade e expressividade, para expor com o mínimo de desconforto possível, suas opiniões e informações sobre os fatos questionados.

No que se refere às cartografias alternativas, temos a cartografia social, que provém das pessoas de uma comunidade, na busca por reivindicar suas lutas e delimitar suas conquistas; a cartografia afetiva, tão utilizada por psicólogos na tentativa de oferecer uma técnica para a exposição de traumas; a cartografia embasada nos mapas mentais, utilizados desde uma sistematização de estudos por temas até como uma forma de representação espacial dos lugares sobre os quais se projetam as práticas espaciais e valores das pessoas. Estes são exemplos de como os mapas podem subverter uma ordem hegemônica, pré-estabelecida, hierárquica e institucionalizada, o que se circunscreve muitas vezes nessas tentativas não é uma cartografia propriamente dita, mas uma linguagem cartográfica, de narrativas cartográficas, de metáforas espaciais.

Os mapas não podem ser definidos apenas em termos da precisão de longitude e latitude, isso reduz a atividade de mapear a uma operação matemática (SEEMANN, 2012). Mapas não se restringem apenas às representações cartográficas projetadas. Se o mapa deve representar existências, fenômenos, relações, há ampliadas formas pelas quais essas representações podem ser desenhadas. Podem estar imbuídas de linguagem cartográfica, nos remeter a relações espaciais e mesmo assim, não resultar num mapa tradicional.

De acordo com Seemann (2012, p. 70), para cartografar lugares e significados no papel, precisamos ir além das medidas, coordenadas e objetos. Há uma visão tradicional na cartografia que “separa a representação do espaço dos agentes, ações e mecanismos, que são responsáveis pela transferência e transformação (carto)gráfica de dados geográficos para o papel”.

O intuito da elaboração dessas cartografias na pesquisa foi possibilitar à essas mulheres que elaborassem representações de suas espacialidades, por meio de desenhos, logo, teríamos mais elementos que indicassem as suas práticas espaciais, itens aos quais



elas atribuem maior ou menor valor, como as mesmas compreendem o espaço cotidiano e como interpretam as transformações experimentadas pelos lugares advindas com o tempo.

De modo geral, notamos que nas ilustrações feitas pelas mulheres da AMA (figuras 1 e 2) existe um elemento bastante evidente, que consiste na relação com grupos de ciclistas de Araraquara e de municípios vizinhos. Há um forte laço de amizade entre as assentadas e este segmento, que hoje compõe o principal público atendido pela Padoka, inclusive esse nome foi cunhado por eles(as). Ao adentrarmos na padaria é possível ver cartazes de competições de ciclismo que têm a premiação sediada na padaria, além da venda de cadeados e lanternas para capacetes no balcão. Outro fato interessante é que as associadas passaram a criar produtos veganos e sem glúten, para atender as demandas deste público.

Figura 1 e 2. Mapas mentais elaborados pelas assentadas da AMA, representando a padaria



Em relação as associadas da OMUS, utilizamos uma dinâmica diferente, já que este grupo participa de mais políticas públicas federais, foi solicitado que elas representassem como eram os seus lotes antes, e como estão dez anos após a participação em programas como o Programa de Aquisição Alimentar (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Bolsa Família e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Figura 3 e 4. Mapas mentais elaborados por assentada da OMUS



As ilustrações das figuras 3 e 4 foram elaboradas por uma das integrantes da OMUS. Podemos verificar alterações significativas em seu lote, como a reforma da casa, antes de madeira e, posteriormente, construída em alvenaria, o que segundo ela, oferece mais conforto para si e sua família; a ampliação da área destinada à produção agrícola e diversificada, com horta e pomar; a melhoria da infraestrutura com a construção de “mangueira” para os bovinos, além da inclusão de antena parabólica e acesso à internet, que são elementos importantes para o conforto dessas famílias.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço, bem como as relações de gênero, as estratégias de reprodução socioespaciais são dinâmicos. São construções que permanecem em devir, não estão finalizadas ou fechadas, devido ao seu caráter de fluidez, encontram-se em permanente mudança.

As mulheres rurais precisaram primeiro conquistarem o reconhecimento de sua posição e identidade como agricultoras para que então pudessem ter legitimado seus direitos pelo Estado (categoria profissional, sindicalização, previdência, licença-maternidade, financiamento, canais de comercialização etc.). Somente a partir de uma incessante luta, que é contínua, foram reconhecidas enquanto pessoas dignas de direitos. Isso reflete a teorização de Butler (2017) sobre o processo de ações coletivas na construção de uma determinada inteligibilidade cultural.

Quando elas se organizam para trabalharem coletivamente, vivenciam juntas processos educativos e conscientizadores que potencializam características as quais elas



já possuíam: a irmandade, a coragem, a autoconfiança. Mas não só isto. As organizações de agricultoras, mediadas pelas estratégias socioespaciais produzem fissuras, instabilidades no modo como as normas reguladoras de gênero estão estabelecidas no espaço rural. Isso significa que as características femininas ou masculinas, até então naturalizadas, são tensionadas e, portanto, apresentam possibilidades de superação.

Para Butler (2017, p. 118), o gênero se manifesta como uma interpretação cultural do sexo, de modo que pode ser performado, ela explica que existem: “instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma.”

Ainda que o espaço rural mantenha características masculinizadas com a supervalorização do trabalho do homem em detrimento das atividades femininas, existem fissuras que estão colocando as mulheres e o seu trabalho em evidência. Algumas mudanças ocorrem de modo mais lento e sutil, mas estão em processo e devem ser valorizadas. Estas fissuras provocam a desestabilização do sujeito sexuado generizado no campo, permitindo contínuas construções e desconstruções sobre o que é ser mulher ou homem rural e possibilitando o enfraquecimento das dicotomias que têm ao longo dos anos relegado a trabalhadora rural à categoria de uma ajudante invisibilizada.

O caráter de fluidez e performatividade apontado por Butler (2017) explica que ser mulher, ou ser homem é algo que está em permanente mudança, não é fixo, pois não se limita apenas pelo sexo, mas pela performatividade. Ao realizarem as tarefas domésticas, aquelas consideradas “femininas”, as agricultoras projetam as normas historicamente constituídas do que é ser mulher rural. Isso ocorre pela repetição de comportamentos que regulam as normas de gênero.

Mas o trabalho associativo e o engajamento em diferentes estratégias socioespaciais, promove um rearranjo das atividades entre os membros da família. As tarefas são redistribuídas, e alguns homens passam a realizar o trabalho doméstico reprodutivo, executando uma função que não lhes foi designada historicamente. É possível visualizar nesses eventos, a operacionalização do conceito de espaço paradoxal.

A dinâmica das relações de gênero é visivelmente alterada porque nestes casos, as relações de poder sofrem oscilações. Toda pessoa é produto das relações de poder,



exerce o poder, porém, o poder de outrem também é exercido sobre ela, e as formas de exercício de poder são instáveis, podem sofrer contestações, rupturas, modificações. O exercício do poder é múltiplo, as relações de poder não se apresentam de forma linear, mas como feixes que se interligam, como uma rede que perpassa vários âmbitos, gerando novas formas de poder. Nessa dinâmica, o sujeito se constitui através de elementos subjetivos e imposições externas, e se há poder, também há resistência e reação (FOUCAULT, 2008).

Foi a partir da visão foucaultiana de poder ([1979] 2008), que Rose (1993) produziu sua teoria sobre o espaço paradoxal. Compartilhando da ideia de que o poder não está restrito ao domínio do Estado e nem às demais estruturas hegemônicas, a autora argumenta que as relações de poder se dão pelo movimento inverso e permanente entre complementariedade e contrariedade. O poder transita num jogo entre os(as) que estão no centro (insiders) e os(as) que estão na margem (outsiders), assim há uma subversão que permite àqueles(as) que se encontram sob controle e submissão, de empoderarem-se e reverter estas relações assimétricas.

Apesar de uma lógica patriarcal e heteronormativa, as relações de gênero, ao estarem imbricadas nas relações sociais, organizam e controlam, porém, também resistem e reinventam o espaço (FRANCO GARCÍA, 2017).

Esse é um dos principais efeitos que as estratégias de reprodução assumidas pelas mulheres provocam nos casos estudados. As mulheres que eram até então, tidas como submissas, dependentes, incapazes e silenciadas, usam suas forças e passam a produzir coletivamente (em diversas frentes), impulsionam a renda familiar, conquistam reconhecimento, criam fissuras que lhes possibilitam reverter a condição de subalternidade. Por outro lado, os homens diante desse contexto, ao realizarem as atividades domésticas e de cuidados, experimentam o outro lado da conjuntura, e têm a oportunidade de refletirem sobre as desigualdades de gênero, e o quão desvalorizadas são as tarefas essenciais para a produção e reprodução das famílias rurais.

É interessante que as atividades de economia solidária criam espaços intermediários entre o âmbito privado/doméstico e a esfera pública, entre a esfera reprodutiva e produtiva; podendo então, se constituírem num mecanismo de contribuição para a superação de dicotomias e das assimetrias de gênero. Assim, a combinação de diferentes estratégias que reverberam no contexto social, cultural e



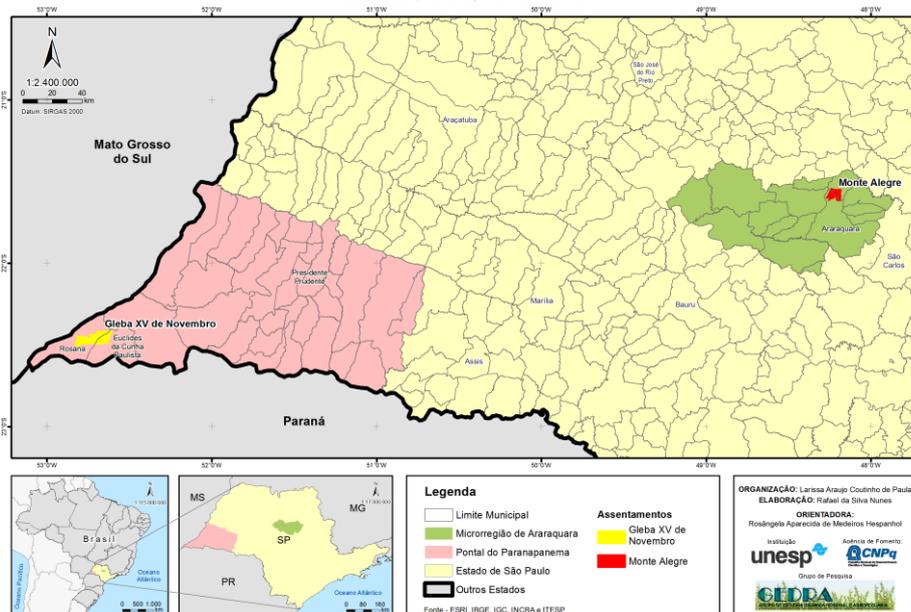
econômico configuram para as agricultoras novas práticas espaciais, criando outra espacialidade relacional, o que as permitem alterar a situação geográfica em que vivem.

Assim, é possível afirmar que as estratégias socioespaciais não são apenas condicionadas pela situação geográfica na qual os assentamentos estão inseridos, mas podem ser alteradas, pois remetem a novas conexões, de diferentes escalas; como também manifestam novas práticas e relações entre os sujeitos. Todos esses componentes produzem uma nova espacialidade, a partir do trabalho coletivo das mulheres.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os assentamentos envolvidos na pesquisa constituem-se, segundo as informações da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), como os maiores do Estado de São Paulo, tanto em termos de extensão territorial quanto ao número de famílias assentadas. Isso configura relações importantes entre os assentamentos e os municípios nos quais estão inseridos, seja em termos de geração de renda, mão-de-obra, formação de grupos de consumidores(as), produção de alimentos, ou ainda no que tange aos conflitos territoriais, uma vez que esses assentamentos estão imersos em regiões nas quais há grandes extensões de exploração do agronegócio, sobretudo dos setores sucroenergético e de cítricos.

Figura 1. Mapa de localização dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro no Estado de São Paulo





As estratégias de reprodução desempenhadas pelas famílias, na tentativa de sobrevivência e permanência no campo, são conduzidas por uma série de fatores que permeiam as realidades históricas, geográficas, econômicas, sociais e políticas de cada região administrativa na qual inserem-se.

Apesar das inúmeras dificuldades, as famílias têm conseguido desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas, nos lotes e fora deste, o que mantém uma renda necessária para custear sua alimentação, saúde, estudo dos(as) filhos(as) e a própria atividade agropecuária. Neste caso, tem destaque a atuação feminina. As mulheres organizadas formalmente por meio de associações de trabalhadoras rurais têm alcançado êxito na obtenção de uma renda autônoma, na contribuição para a permanência de suas famílias nos assentamentos, além de gerarem benefícios para toda a comunidade assentada, ao levarem até instâncias externas, as demandas por assistência médica, educação, lazer, segurança e infraestrutura dos(as) assentados(as).

A articulação com o trabalho coletivo, em busca de reconhecimento de direitos, redistribuição de renda também propicia às agricultoras, além de visibilidade, novas subjetividades, pois a partir do trabalho associativo, essas mulheres não são mais donas de casa, ou agricultoras, tornam-se associadas, gestoras de um projeto coletivo, comerciantes, integrando uma ação coletiva, descobrindo novas potencialidades e aprimorando capacidades que já demonstravam (SALVARO; STEVAM; FELIPE, 2014).

A organização de grupos coletivos, como as associações, baseadas nos preceitos de economia solidária, é uma estratégia de cunho social pelo fato de contribuir para a criação de espaços de discussão, reflexão, decisões coletivas, direito à fala, posicionamentos de cobrança às autoridades políticas locais, além da questão do apoio mútuo e afetividade. A dimensão da afetividade e do apoio entre as mulheres das duas associações revelam-se nos seguintes trechos de depoimentos:

*Então, eu acho muito bom assim, a gente tem amizade, a gente ocupa a cabeça bastante, não fica só no sítio, porque é cansativo ficar num lugar só, né? Tem novas amizade, tem todas nós, né? Eu, com a Azaleia, e a Amarílis, já está com mais de 10 anos, que começamos aqui, a gente se apoia em tudo (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).*

*Eu mesma acho muito bom ter essa associação, quando eu estou lá eu estou com meu coração todo aberto trabalhando. Porque eu toda vida fui da lida, eu gosto de trabalhar, eu gosto de me movimentar, eu não gosto de ficar parada, não. E lá é as mulheres são unidas, é tudo*



*juntas, dando risada uma pra outra, conversando tudo direitinho e quando tem uma reunião cada uma que dá a sua palavra, se for certa fica, se não for, não dá certo, né? Mas é tudo unida e eu me sinto bem quando eu estou lá, trabalhando (Lavanda, associada à OMUS, 25/04/2018).*

Ao longo dos anos de trabalho coletivo, e de mudanças geradas no âmbito político, com a criação de políticas públicas específicas para as famílias assentadas, algumas associadas passaram a ter uma conscientização maior sobre a tríade que atravessa suas vidas: gênero, raça e classe. E também têm clareza do que o seu trabalho representa para o assentamento e para o município, indicando um elevado nível de empoderamento.

*Rosana é uma cidade barrageira, muito preconceituosa. Eu já te disse, tinha mercado que a gente não entrava, os cespianos que mandavam e tinha uns guardas, e o assentado era um cachorro. Eles viam um preto e pensava que era ladrão, e mulher, então? Depois que o Lula foi eleito, que a coisa começou a melhorar para o assentado, porque a gente andava de carroça. Hoje o assentado anda de caminhonete, de carro, antes não tinha isso. Hoje todo mundo tem a sua casa, antes era um barraco. Então, eu acho que ele deu estabilidade para o assentado e deu o nome para o assentado, com esses programas. [...] Hoje se eu vou num lugar e o guarda me fala que eu não posso entrar porque eu sou assentada, eu chamo a polícia, porque se a mulher daquele mais alto lá pega um carrinho, nós pegamos também! Se ela passa o cartão, nós passamos também! Não importa a quantidade de dinheiro que ela tem, que nós também temos o nosso, nós passamos. Ela dá o cheque, nós damos um também, ela paga à vista, nós também! Hoje se tira os assentados de Primavera, Primavera acaba. A cidade da barragem quem segura Primavera são os assentados. [...] Sem contar a discriminação que nós passávamos no assentamento mesmo, por ser mulher e não poder participar das coisas. Aí, a gente conseguiu criar um grupo que era só de mulher. Aqui dentro só entra saia, nada de homem. Nós éramos feministas! Não queríamos que os homens fossem nas nossas reuniões, porque quando criaram a deles, no começo, eles proibiam a gente de participar. Alguns chegavam até a gente querendo participar da OMUS, aí eu falava: “Aqui é só saia, você vai pôr saia? Não! Então não participa”. Nós sofremos muito preconceito com isso aí, foi muito difícil. Porque se era pra financiar, fazer alguma coisa, nós, as mulheres trabalhávamos. De dia e de noite. Então, nós tínhamos o direito de trabalhar e ajudar a pagar conta, mas de opinar, não! (Margarida, liderança associada à OMUS, 25/04/2018).*

*Olha, eu já sofri preconceito pelas pessoas da cidade. Isso era mais no começo. Os bancos, as lojas onde você ia, a gente nem falava que a gente morava aqui, porque muitos deles até fechavam a porta na nossa cara, minha filha. Aqui mesmo no assentamento dois (setor II), teve uma turma que foi em Araraquara aí falaram que era assentado.*



*Teve muita loja que abaixou as portas (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018).*

Esses trechos indicam uma contribuição importante na dimensão social na vida destas mulheres, que é endossar a consciência sobre as interseccionalidade que lhes atravessam, questionarem autoridades, comerciantes, ou quaisquer outras pessoas que lhes ofendam e as destratem pela sua condição de gênero, raça e classe, ou ainda, por todas estas características reunidas.

No que tange à dinâmica da divisão de trabalho, alguns homens se sentem desconfortáveis quando percebem que suas companheiras passam a desempenhar atividades produtivas de maior êxito, conseguindo autonomia econômica. E se a renda obtida se sobressai entre o núcleo familiar, o incômodo gerado pode ser ainda maior.

Esta é uma realidade presente na vida as associadas, uma participante revelou que seu esposo se sentia incomodado pelo fato de seu salário ser maior do que o dele:

*-Às vezes meu marido fala umas coisas: “Que eu ganho mais que ele na associação”, que isso não é certo.*

*-Como assim? Ele reclama pelo fato de você ganhar mais do que ele?*

*-É, isso aí! Ele se sente ofendido, sabe? Inferior, né?*

*-Que triste. E o que você pensa sobre isso?*

*-Ah! Eu falo pra ele que isso aqui foi batalhado, que a gente lutou pra conseguir. Foi uma luta grande. Não foi fácil, não. Então, quando eu cheguei o meu seguro desemprego foi acabando tudo. Eu ficava preocupada, aí a gente correu atrás pra arrumar isso daqui (a padaria), pra poder ajudar com o salário do sítio, porque agora tudo que a gente planta a gente vende, mas no começo não era assim, não. Perdia as coisas. Você não conseguia vender, então a gente passava dificuldade.*

*-Então você acha que não necessariamente o homem tem que sustentar a casa?*

*-Bobagem! Nada a ver! Claro que não! Assim como pode ser ele, eu também que eu posso trabalhar e precisar. Uma precisa do outro! (Begônia, associada à AMA, 28/03/2018).*

Para Medeiros e Paulilo (2013) mesmo sob a oposição encontrada no núcleo familiar, a participação de mulheres em grupos produtivos pode propiciar um interessante rearranjo da divisão do trabalho, surgindo instigadoras reconfigurações de poder no interior da família. Neste sentido, é necessário registrar que a maioria das participantes da pesquisa são casadas, mas há casos pontuais de mulheres divorciadas e viúvas nas duas associações.

É compreensível o sentido das críticas feitas por algumas teorias feministas, quando alegam que a maioria dos projetos para angariar recursos destinados às



agricultoras geralmente estão alinhados às atividades tradicionalmente atribuídas a elas, tarefas do âmbito doméstico, do cuidar. Isso se refere, por exemplo, à panificação, ao cultivo de hortas, a criação de animais de pequeno porte, também aos serviços como restaurante, hospedagem, e produção de artesanatos. Embora tal reflexão seja importante, não podemos desconsiderar que a obtenção de renda pessoal é de extrema relevância para a autonomia da agricultora, ainda que parte do dinheiro obtido por ela seja incluído nas despesas familiares.

Em relação a isto, cabe explorarmos um diálogo com a analista de desenvolvimento agrário do Itesp de Araraquara sobre os tipos de cursos ofertados às famílias assentadas:

*-Eu achei curioso você falar sobre os cursos. Você acha que tem uma distinção na participação desses cursos? Por exemplo, você disse que tem uns que são mais para produção animal, e outros são mais voltados para trabalhos manuais. Você acha que há uma diferença de sexo, de idade entre os participantes?*

*-Eu acho que não. É uma participação geral.*

*-Por exemplo, o de compotas? Vai mais mulheres?*

*-Ah, sim! Vai mais mulheres, mas tem também homens que participam, da produção de pães, de compotas. O curso de carne suína, eles gostam muito de participar, também.*

*-E além desse, tem mais algum curso que eles participam mais?*

*-Sim, por exemplo, a parte de horticultura, que é uma área forte aqui, por conta das feiras, as próprias políticas públicas de compra desses alimentos, tem curso de poda de limão agora, então aí, a participação maior é dos homens.*

*-Ah é? Que interessante, já que horta sempre foi uma coisa mais das mulheres, né?*

*-É, mas agora a família toda se envolve, porque virou uma área grande (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara 26/03/2018).*

Esse trecho evidencia que há um direcionamento dos cursos oferecidos de acordo com o gênero dos(as) assentados(as). É algo comum, observado nas leituras e em outras realidades empíricas. Mas há uma informação que merece destaque, quando a funcionária diz que a produção das hortas foi assumida por toda a família, com interesse grande dos homens, porque se tornou algo rentável, graças aos programas de compras institucionais. No caso ela fez uma colocação considerando todo o assentamento, já que as associadas da AMA não participam destas políticas. Essa situação não ocorre com a OMUS, pois as mulheres mantêm a liderança da produção de hortas, isso ocorre porque, além do interesse e intenso trabalho das associadas, há uma resolução no PAA cujos projetos com maior número de integrantes mulheres têm mais chances de aprovação.



As atividades oferecidas pelos cursos são de fato ocupações que exploram uma condição peculiar de ser mulher rural, todavia, isso não pode ser interpretado como uma reprodução do machismo. É necessário que a mulher alcance um nível de empoderamento para que se conscientize das estratégias que pode adotar contra a desvalorização de seu trabalho. E que também tenha o entendimento de que ela tem capacidades plenas para fazer o que quiser, desde cuidar da casa e da família, fazer bolos para vendê-los, ou até trabalhar com atividades aleatórias, inseridas ou não na lógica doméstica e agropecuária. Mas independente do que ela escolha, para alcançar os seus projetos pessoais, ela precisará de recursos financeiros próprios.

A mulher rural depende de uma renda monetária pessoal para alcançar um nível de autonomia, ainda que seja modesta. Existem mulheres que embora exerçam algum tipo de atividade rentável, infelizmente não têm uma relação de gênero mais igualitária em seu núcleo familiar. Mas, ao longo dos anos é perceptível que a renda própria é um fator determinante para o processo de emancipação feminina, e ademais, no caso da pesquisa de doutorado, nota-se que isso expande, propiciando benefícios à toda a família, permitindo a permanência de seus/suas integrantes nos assentamentos.

Ainda no que tange às assimetrias de poder, é possível verificar como isso tem se estabelecido em termos de divisão de trabalho:

*- E como vocês dividem as tarefas aqui, tem coisas que só você faz ou coisas que só o seu esposo faz?*

*- Aqui quem é responsável pelo gado, tudo é ele, né? Ele retira o leite. Eu praticamente fico mais dentro de casa, saio pra vender as coisas, faço queijo e aí cuido da parte de banco, compro as coisas do sítio, corro atrás das coisas. É isso aí eu que faço (Hortênsia, associada à AMA, 28/03/2018).*

*- E aqui na casa vocês dividem as tarefas ou é mais você quem faz?*

*- Nós dividimos, ele faz também.*

*- É! O que ele faz?*

*- Ele lava a louça, faz comida.*

*- Que maravilha! Tem uns que não tiram o copo da mesa.*

*- Eu cheguei aqui hoje e o almoço estava pronto, foi só esquentar o feijão. A única coisa que o meu marido fazia era botar o feijão no fogo. Quem tinha que fazer o almoço era eu. Agora ele faz tudo, porque esse negócio da padaria nós saímos muito tarde, você viu, né? (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018)*

*- Como vocês dividem as atividades aqui, quem faz o que?*

*- Todo mundo faz um pouco de tudo, eu, meu esposo, meu neto. Limpeza, comida.*

*- Que legal! O seu neto também colabora?*



*- Sim, aqui todo mundo faz de tudo. O menino de quatorze anos faz tudo, também (Kalanchoê, associada à OMUS, 26/03/2018).*

*- Os meus filhos fazem tudo. Eu sou viúva, eles me ajudam muito. Eu ensinei tudo para eles não dependerem de ninguém. Quando eu estou doente, ou preciso demorar na padaria, não preciso me preocupar, porque eles se viram. Ensinei eles desde pequenos a arrumar a casa e fazer comida (Cravina, associada à AMA, 26/03/2018).*

Os relatos acima permitem inferir que as alterações na divisão de funções entre os(as) integrantes da família é um processo que depende muito de cada contexto, mas em geral, é possível observar que há uma mudança em curso, uma redistribuição do trabalho doméstico. A primeira fala, de Hortênsia, revela que ainda persiste uma divisão de tarefas, mas apesar do esposo lidar com a criação de animais, é ela quem administra o dinheiro, é ela quem sai de casa e transita na esfera pública para comercializar os produtos, fazer compras, resolver pendências bancárias.

No segundo caso, a fala de Azaleia indica que houve uma mudança na divisão a partir do momento em que ela passou a trabalhar na padaria, quando seu esposo começou a realizar as tarefas domésticas. É possível supor que ele as faça sob uma condição de necessidade, já que diante a longa jornada de Azaleia com os trabalhos na associação, ela chega em casa muito tarde e ele não pode depender dela para se alimentar, mas de todo modo, isso demonstra que a participação das mulheres em projetos coletivos pode implicar numa reorganização da dinâmica doméstica e das relações de gênero.

O terceiro e quarto casos, envolvendo Kalanchoe e Cravina, mostram um fato muito interessante apontando para uma preocupação com a educação de rapazes capazes de executarem as atividades domésticas, cozinhar, limpar, dentre outros afazeres. Tal fato contribui para a desnaturalização da vinculação feminina com o trabalho reprodutivo, indicando que estes são trabalhos essenciais para a vida em sociedade e todas as pessoas, independentemente de seu gênero. Esse é um passo importante para a educação de homens mais engajados com a luta por relações de gênero mais igualitárias.

Em termos de igualdade na tomada de decisões, também há mudanças, embora sejam mais sutis:

*- De que forma que vocês decidem as coisas? Quando precisa comprar um móvel pra casa, ou mexer na estrutura, na produção, criação do gado, de algo assim, no lote, que envolva investimento que envolva dinheiro, como é que vocês decidem?*



*- Ele que decide, mas assim quando é financiamento, por exemplo, essas coisas, ele vem falar comigo, porque aí precisa de mim, né? Aí, eu tenho que assinar (Lavanda, associada à OMUS, 25/04/2018).*

*-O lote está no nome seu nome?*

*-Sempre foi tudo em meu nome, lote, DAP, porque como o falecido bebia, sempre me colocava na frente das coisas, ele não queria ter trabalho.*

*-Ah, que coisa. Mas pelo menos tem o lado positivo de as coisas estarem em seu nome, né?*

*-É bom nada! É ruim!*

*-Por que?*

*-Porque tem que ser o homem!*

*-Mas por você acha isso?*

*-Porque tem que ser o homem, porque assim, tem dia que não tem jeito de você ir e você tem que ir, o homem é mais assim, é o homem! O homem sempre tem que dar a ordem dele, porque ele é homem, então é ele quem tem que correr atrás das coisas (Camélia, associada à AMA, 27/03/2018).*

No primeiro relato é evidente que há uma imposição do esposo sobre o que deve ser decidido, sem consultar a esposa, apenas solicitando a assinatura da mesma. Entretanto, Lavanda tem plena consciência de que, apesar de não ser incluída sobre os financiamentos, ele depende da assinatura dela, do contrário não conseguiria os recursos do Pronaf. Quanto a Camélia, mesmo tendo o seu nome inserido como titular do lote e em outras responsabilidades, ela demonstra um descontentamento com tal condição, a qual ela não gostaria de estar, já que em sua visão isso é “coisa de homem”. Camélia tem 65 anos e Lavanda 60, há pouca diferença de idade entre elas, porém nota-se que Camélia apresenta uma perspectiva mais conservadora e machista. Isso demonstra que as mudanças nas relações de gênero destes espaços transitam entre paradoxos, de acordo com as experiências pessoais e trajetórias de cada participante. As mudanças não acontecem do mesmo modo e nem ao mesmo tempo para todas as mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora exista uma rígida norma que regula os corpos e direciona as funções de homens e mulheres nos assentamentos estudados, através do trabalho nas associações, envolvendo diferentes estratégias adotadas pelas agricultoras, como a panificação, a horticultura, o artesanato, entre outras, essas mulheres têm encontrado instabilidades que permitem a desconstrução de hierarquias e regulações de gênero, alterando normas



preestabelecidas e as desigualdades na valoração dos trabalhos por elas desempenhados, subvertendo a concepção de que a mulher rural apenas ajuda.

As diversas estratégias socioespaciais, envolvendo o associativismo, a produção para autoconsumo, a panificação, o artesanato, o uso de aposentadorias rurais, a venda de produtos em feiras livres, a realização de cursos de capacitação e a participação em diferentes políticas públicas, de comercialização, financiamento, reforma e construção de residências, transformaram a realidade dessas mulheres em variadas dimensões: espacial, social, econômica e cultural. Ao se empenharem na realização de seus projetos, elas vivenciam novas espacialidades, interagem com pessoas de perfis diversos, contribuindo para uma visão de mundo mais ampliada; adquirem conhecimentos que agregam valores aos produtos e serviços oferecidos pelas associações à sociedade.

Apesar de conviverem com as assimetrias de poder e a desvalorização laboral, essas mulheres não devem ser vistas como vítimas resignadas, ao contrário. Elas estão em constante movimento e enfrentamentos, rejeitando quaisquer circunstâncias de inferioridade. Por meio das estratégias socioespaciais identificadas, tais como: a organização coletiva, a panificação, a fabricação de artesanatos, a participação em políticas de compras institucionais, a comercialização em feiras, os projetos firmados com universidades, o recebimento de aposentadorias, a realização de cursos, dentre outras atividades; as assentadas têm atribuído novos significados para seus trabalhos, e consequentemente, tensionando e subvertendo as normas de gênero existentes nos espaços rurais.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Sujeito & História, 2017.

COLOGNESE, Silvio Antonio.; MÉLO, José Luis Bico de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

FEDERICI, Silvia. **Revolución em Punto Cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Traficante de sueños. Mapa. Madrid, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 25ª edª. Rio de Janeiro: Graal. 2008. [verão francesa, 1979].

FRANCO GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de



Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciencias Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. Introdução: Formas de organização e representação política das mulheres do campo. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs.). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamento político**. 1ed. Niterói: Alternativa, 2013.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo**: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**: The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Impresso), v. 34, p. 390-405, 2014.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Lívia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs.). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SUERTUEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. Revista **GEOgraphia**. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 340-375, 2011.